



ISSN: 2230-9926

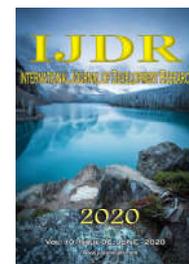
Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 10, Issue, 06, pp. 36939-36944, June, 2020

<https://doi.org/10.37118/ijdr.19144.06.2020>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

A INTENCIONALIDADE DO ENSINO DA BIOSSEGURANÇA EM UM CURSO DE GRADUAÇÃO DE ENFERMAGEM

*¹Ariane Sabina Stieven, ²Alberto Durán González, ³Mara Lúcia Garanhani, ⁴Ellen Adriane Manoel, ⁵Denise Andrade Pereira Meier, ⁶Beatriz Ribeiro Lima, ⁷Rejane Kiyomi Furuya and ⁸Flávia Meneguetti Pieri

¹Enfermeira, graduada pela Universidade Federal da Fronteira Sul e mestre em Enfermagem pela Universidade Estadual de Londrina; ²Farmacêutico, especialista, mestre e doutor em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Londrina; ³Enfermeira graduada pela Universidade Estadual de Londrina, mestre em Enfermagem Fundamental pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP) e doutora em Enfermagem pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP); ⁴Enfermeira, graduada pela Universidade Estadual de Londrina e pós graduada em Assistência ao Paciente Crítico pelo Centro Universitário Filadélfia; ⁵Enfermeira, mestre em Gestão de Serviços de Saúde e doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Londrina; ⁶Enfermeira e mestre em Enfermagem pela Universidade Estadual de Londrina; ⁷Enfermeira graduada pela Universidade Estadual de Londrina, doutora e pós doutora pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (EERP/USP); ⁸Enfermeira graduada pelo Centro Universitário Filadélfia, mestre em Saúde Coletiva pela Universidade do Sagrado Coração - USC. Doutora e pós doutora em Enfermagem em Saúde Pública pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (USP)

ARTICLE INFO

Article History:

Received 17th March, 2020

Received in revised form

29th April, 2020

Accepted 06th May, 2020

Published online 29th June, 2020

Key Words:

Educação em Enfermagem; Biossegurança; Currículo; Educação Superior; Conhecimento; Ensino.

*Corresponding author:

Ariane Sabina Stieven,

ABSTRACT

Introdução: No Brasil, os currículos dos cursos de graduação em Enfermagem são baseados nas Diretrizes Curriculares Nacionais, e a biossegurança é temática indispensável na formação de enfermeiros(as), assim, ela precisa ser tema transversal nos currículos de Enfermagem. **Objetivo:** analisar a intencionalidade da temática biossegurança dos docentes de Enfermagem no decorrer de suas atividades metodológicas no ensino do curso. **Metodologia:** pesquisa qualitativa e compreensiva do tipo estudo de caso desenvolvida em um curso de graduação de enfermagem. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas com 18 docentes e os dados obtidos foram explorados utilizando a técnica de Análise de Conteúdo, sendo utilizado princípios do Conhecimento Pertinente na discussão. **Resultados:** os docentes abordam a temática biossegurança nas atividades pedagógicas, porém de forma implícita. Eles relacionam biossegurança à Norma Regulamentadora 32, mas percebe-se, também, a fragilidade na verbalização do termo “biossegurança” no ensino. **Conclusão:** ao término do estudo, pôde-se perceber que os docentes abordam o tema transversal “biossegurança” implicitamente, ou seja, a terminologia “biossegurança” é raramente empregada por eles nas atividades pedagógicas e faz-se necessário maior intencionalidade ao abordá-la.

Copyright © 2020, Ariane Sabina Stieven et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Ariane Sabina Stieven, Alberto Durán González, Mara Lúcia Garanhani, Ellen Adriane Manoel et al. 2020. “A intencionalidade do ensino da biossegurança em um curso de graduação de enfermagem”, *International Journal of Development Research*, 10, (05), 36939-36944.

INTRODUCTION

No Brasil, os currículos dos cursos de graduação em Enfermagem devem ser baseados nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), em que é apresentado o perfil esperado do formando egresso, suas competências e habilidades necessárias para a vida do profissional enfermeiro, os conteúdos curriculares, entre outros seguimentos referentes ao currículo e

ao ensino. No que diz respeito ao perfil profissional exigido e presente nas DCNs, podem ser encontradas características voltadas para enfermeiros humanistas, críticos e reflexivos⁽¹⁾. As características profissionais encontradas nas DCNs são fortemente valorizadas e estão presentes no currículo do curso de Enfermagem da Universidade Estadual de Londrina (UEL), que, desde 1972, trabalha no intuito de formar enfermeiros qualificados para exercerem suas funções junto à sociedade⁽²⁾.

Desde sua fundação, o curso de Enfermagem da UEL passou por sete transformações, sendo a última ocorrida no ano de 2000, quando foi decidido pela implantação do Currículo Integrado (CI). Atualmente, o curso é reconhecido nacionalmente por sua estrutura inovadora, composto por 18 módulos interdisciplinares – organizados em cadernos de planejamento, desenvolvidos, principalmente, por metodologias ativas – e com duração de quatro anos. Destaca-se, ainda, a presença de 12 temas transversais, os quais são assuntos indispensáveis para a formação do enfermeiro, perpassando todas as séries do curso. Dentre esses temas, encontra-se a biossegurança⁽²⁾. A biossegurança faz parte do cotidiano do enfermeiro, uma vez que ele está em contato direto com outras pessoas, secreções, fluidos e medicações que, caso entrem em contato direto com o profissional, podem ocasionar complicações na saúde. Ressalta-se que, para além do enfermeiro, há o indivíduo que recebe atendimento, outros profissionais envolvidos no cuidado, bem como familiares, sendo preciso utilizar medidas biosseguras para se proteger e proteger os demais envolvidos. Estudos demonstram grande preocupação em relação ao ensino da biossegurança, principalmente na área odontológica⁽³⁻⁵⁾, porém, quando referente à Enfermagem, há poucos estudos conceituando e trazendo a aplicabilidade no ensino superior⁽⁶⁻⁷⁾. Entre os estudos publicados, a maioria descreve aspectos relacionados a acidentes com material biológico, sendo escassas as publicações com enfoque no ensino das medidas biosseguras na formação do futuro profissional⁽⁸⁻⁹⁾.

Nessa perspectiva, considera-se relevante o conhecimento da realidade envolvendo essa temática a fim de direcionar o planejamento e a implementação de práticas biosseguras no ensino superior, em um modelo curricular que visa à união dos saberes para consolidar o conhecimento com visão global. Assim sendo, buscou-se compreender o ensino da biossegurança no currículo em questão a partir do princípio do Conhecimento Pertinente, do filósofo Edgar Morin. O autor propõe uma reforma no ensino, passando a ser transdisciplinar, voltando o olhar para os problemas cotidianos, interligando os saberes, criticando o ensino fragmentado e a hiperespecialização⁽¹⁰⁾. Tais fatores também são encontrados no CI em estudo. Para que ocorra a pertinência do conhecimento, primeiramente, é necessário o entendimento do mundo como mundo, ter acesso às informações, articulá-las e organizá-las. O Conhecimento Pertinente está baseado em quatro princípios: o contexto; o global; o multidimensional; e o complexo⁽¹¹⁾. O contexto retrata que o conhecimento dos dados isolados é insuficiente. Para ter sentido, a palavra precisa do texto, que é o próprio contexto, e o texto precisa do contexto em que está inserido. O global, por sua vez, refere-se à relação entre o todo e as partes, já o multidimensional leva em consideração as unidades complexas, como o ser humano em suas diversas formas: biológico, psíquico, social, afetivo e racional, relacionando as partes umas com as outras. E, por último, o complexo relaciona os diferentes elementos, os quais, por mais diferentes que possam parecer, são inseparáveis, partes do todo e interdependentes⁽¹¹⁾.

Dessa forma, o Conhecimento Pertinente abrange a complexidade, a união entre as partes e a multiplicidade, desenvolvendo o que Edgar Morin denomina de “inteligência geral”⁽¹¹⁾. Assim, a pergunta de pesquisa deste estudo constitui-se: “como a temática biossegurança está sendo abordada pelos docentes de Enfermagem nas atividades de ensino-aprendizagem?”. Dessa forma, tem-se como objetivo

analisar a intencionalidade da temática biossegurança por parte dos docentes de Enfermagem no decorrer de suas atividades metodológicas no ensino de um curso de Enfermagem.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e compreensiva do tipo estudo de caso desenvolvida no curso de graduação em Enfermagem da UEL, localizada na região norte do Paraná. Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas, com 18 docentes. Os critérios para inclusão foram: ser docente do quadro permanente da instituição; ter coordenado, estar coordenando ou ter participado ativamente da formulação dos cadernos de planejamento do curso; e aceitar livremente participar da pesquisa, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foi excluído o coordenador do módulo de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), tendo em vista que aborda as temáticas da pesquisa científica e da formatação básica de trabalhos científicos.

A saber, os demais módulos foram representados por, pelo menos, um docente, apenas um módulo foi representado por dois docentes, isso porque um se trata das práticas hospitalares e outro da atenção básica, coordenados por docentes distintos.

As entrevistas ocorreram no período de junho de 2017 a junho de 2018, e foram previamente agendadas por e-mail e aplicativos de mensagens, de acordo com a disponibilidade dos participantes. Foram realizadas 17 entrevistas nas dependências da Universidade, estando presentes apenas pesquisador e docente no local, e uma foi realizada na residência de um dos participantes. O recurso utilizado foi gravação em áudio, com a devida autorização, e teve a duração média de 60 minutos. As transcrições foram arquivadas e as gravações excluídas após a finalização dessa etapa. Os dados obtidos foram explorados por meio da técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin⁽¹²⁾, em três fases: 1) Pré-análise: escolha dos documentos, formulação de hipóteses e preparação do material para análise; 2) Exploração do material: escolha das unidades, enumeração e classificação; e 3) Tratamento: interpretação dos dados. A discussão, neste estudo, foi aprofundada pelo princípio do Conhecimento Pertinente, de Edgar Morin. As questões norteadoras, as quais deram origem a este estudo, foram: “De que maneira você, enquanto docente, aborda o tema transversal “biossegurança” no seu módulo de maneira formal e/ou informal?”; “Você pode citar exemplos em que o tema “biossegurança” se apresenta nas atividades do seu módulo?”.

O presente estudo teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UEL, de acordo com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, com CAAE nº 65045317.1.0000.5231⁽¹³⁾. O referencial teórico utilizado foi Edgar Morin, empregando os princípios do Conhecimento Pertinente⁽¹¹⁾. Para garantir o anonimato dos participantes, optou-se por identificá-los com a letra “D”, de docente, seguida do numeral referente à ordem de realização das entrevistas, por exemplo: D1 (Docente 1), D2 (Docente 2), e assim sucessivamente, conforme previsto no Termo de Sigilo e Confidencialidade.

RESULTADOS

Os docentes participantes da pesquisa são, majoritariamente, do sexo feminino, totalizando 16 (88,8%), e dois do sexo masculino (11,1%). São 15 enfermeiras (83,3%), havendo

também um farmacêutico (5,5%), um fisioterapeuta (5,5%) e um biólogo (5,5%). Referente ao local de formação, a maioria dos docentes entrevistados formou-se na UEL, com uma representatividade de 12 docentes, equivalente a 66,6% do grupo de entrevistados. O tempo de formação dos docentes variou entre 10 a mais de 26 anos, tendo maior representatividade docente com mais de 26 anos de formação (38,8%), e a titulação predominante foi o doutorado, representando 16 docentes. Vale ressaltar que, dos quatro não inclusos nessa parcela, dois fizeram pós-doutorado e dois são mestres. Quanto ao tempo de docência na UEL, o tempo varia entre três a mais de 21 anos, sendo 50% deles docentes efetivos há mais de 21 anos. Ao relatarem como abordam a temática biossegurança em suas atividades pedagógicas, a maioria dos docentes afirmou não realizar abordagem teórica direta sobre a temática, mas que ela está presente em atividades rotineiras, as quais, para eles, são claramente ações biosseguras.

Quando a gente fala em cabelo preso, unha curta, eu acho que já denota a questão da prevenção de infecção. [...] A lavagem das mãos é uma coisa que você está sempre observando, cobrando e fazendo, e que ela acaba passando despercebida, né, como biossegurança. (D5)

Nós não temos uma aula de biossegurança, mas quando eles vão para o Laboratório de Anatomia, [...] de Histologia, de Fisiologia, de Bioquímica ou na própria Semiologia e Saúde Mental, é falado sobre os EPIs. Então, as unhas, o avental, o sapato fechado, a calça comprida [...]. (D16)

As falas anteriores remetem a outro fator citado pelos docentes: muitas das ações descritas estão presentes na Norma Regulamentadora 32 (NR-32), a qual foi utilizada pelos docentes como exemplo da abordagem da temática biossegurança durante suas práticas metodológicas.

A discussão da NR-32 inteira é feita no módulo, toda essa questão, desde os conceitos, periculosidade, enfim, tudo o que está envolvendo o trabalho, é discutido, e os alunos têm que ter o entendimento disso. A própria NR-32 e as orientações para a gente de como o trabalhador da área da saúde tem que estar trabalhando... Elas fazem parte da aula e de conteúdo, quando eles [alunos] estão em campo de estágio, a própria vestimenta, a utilização de EPI, unha curta, a gente fala e a gente acaba discutindo também. Então, eu acho que não é assim: “tem avaliação de biossegurança”, não, mas ela está presente o tempo todo. (D3)

Eu tenho trabalhado muito com eles. Por exemplo, o aluno que vem com tênis de tecido eu falo assim: “Olha, baseado na NR32...”, daí eu entro na NR-32. Ou mesmo com adorno, cabelo solto, [...]. Então isso a gente trabalha com ele muito mais na atividade prática, quando a gente está em estágio, do que propriamente na sala de aula. (D6)

A gente cobra o uso do uniforme correto, conforme as normas da NR-32, mas, assim, não é uma coisa que é intencional, é quando eu preciso falar, é quando eu percebo que está tendo uma falha, quando eu percebo que não colocou a luva, que não está com o sapato adequado [...]. (D8)

Em algumas situações, o docente acredita que o aluno já tenha o conhecimento das medidas biosseguras necessárias, como se em outros momentos alguém já tivesse lhe ensinado. Sendo assim, não se faz necessária a utilização do termo explicitamente.

A gente cobra a lavagem das mãos, a gente cobra o uso da luva, na hora da vacina, na hora de um procedimento invasivo, mas a gente não para para avaliar se ele está lavando a mão corretamente. Então a gente meio que confia que ele já chegou pronto para isso. (D8)

Na verdade, a gente cobra do aluno postura enquanto biossegurança, comportamento, principalmente quando a gente está na prática... Que ele traga, que ele resgate aquilo que ele já viu de biossegurança para ele poder aplicar lá nas atividades que ele vai desenvolver na prática. Mas, assim, “Olha, agora a gente tá fazendo isso”, não! (D6)

Quanto à verbalização da terminologia “biossegurança”, os docentes reconhecem que não estão utilizando o termo de forma explícita durante as atividades que desenvolvem, podendo resultar em um não entendimento do aluno no que diz respeito a algumas ações. Mesmo quando não verbalizado o termo “biossegurança” pelo docente, eles – docentes e discentes – estão realizando medidas biosseguras.

Talvez a gente tem que dar mais o nome de biossegurança pra remeter ao aluno de que isso é uma técnica de biossegurança, que isso é uma ação de biossegurança. Que a gente cobrar dele cabelo preso, brinco muito curto, jaleco de manga comprida [...], unha curta, isso é biossegurança. [...] A gente cobra muito, mas talvez eu não tenha dado o devido nome. A terminologia, talvez, que não está sendo utilizada corretamente. (D2)

A gente está alertando isso, mas a terminologia biossegurança... Às vezes a gente está falando as ações, mas não está usando as terminologias corretas. (D6)

Eu acho que não, a gente não fala o termo “Olha, NR-32 e tudo isso que a gente está falando, esse conceito está relacionado à biossegurança. (D7)

Você acaba cobrando do estudante, mas você não verbaliza. [...] Eu acho que a gente faz muita ação e verbaliza pouco. (D10)

A biossegurança, a gente trabalha ela, não intencionalmente, [...] às vezes eu percebo que o fato de não dizer para o aluno faz com que ele não consiga fazer a relação [...]. A gente fala do contexto, dos fatores de segurança, tanto para o indivíduo quanto para o profissional, a gente não usa o termo, mas faz. (D11)

DISCUSSÃO

As falas dos docentes remetem à intencionalidade do ensino da biossegurança. Para eles, o tema transversal está presente nos módulos no que diz respeito a algumas orientações contidas na NR-32, ou seja, quando o aluno precisa seguir a Norma, principalmente em relação à vestimenta, a adornos e à higiene das unhas, está sendo trabalhada a biossegurança, mesmo que implicitamente. Com isso, infere-se que sua abordagem é

realizada mais intencionalmente nas aulas teórico-práticas que em sala de aula. É possível relacionar esse resultado ao princípio do contexto, um dos princípios do Conhecimento Pertinente, sendo que a biossegurança vem sendo abordada nos diferentes locais onde as aulas teórico-práticas ocorrem, momentos em que o ensino pode fazer sentido para o aprendizado do estudante, pois as medidas biosseguras estão inseridas nas realidades em que acontecem. Além disso, Morin⁽¹¹⁾ cita que, para ter sentido, a palavra precisa do texto, e este é o próprio contexto, assim como o texto precisa do contexto em que as coisas acontecem. Então, os resultados demonstram que os docentes têm trabalhado o contexto da biossegurança, no entanto o texto e a expressão explícita ainda precisam ser mais bem desenvolvidos. A intencionalidade pedagógica pode ser entendida como ações conscientes, planejadas e executadas pelo educador, inseridas no cenário pedagógico, sendo toda ação que ultrapassa a mera transmissão de conteúdo. Ela envolve atitude e postura do educador, e o cenário pedagógico é o espaço principal para que essa intencionalidade aconteça, local em que as mediações do ensinar e do aprender ocorrem de forma relacional. Deve partir do educador – o mediador do processo de ensino – a promoção do ambiente de aprendizagem, fazendo com que o processo ocorra de forma eficiente e eficaz⁽¹⁴⁻¹⁵⁾. Negri⁽¹⁵⁾ ainda resgata a dificuldade no processo de formação dos educadores, podendo ser um fato impeditivo à solidificação da “Intencionalidade Pedagógica” como prática frequente. O ensino da Enfermagem, por exemplo, em sua maioria, é realizado por profissionais de Enfermagem, que, posteriormente, são levados à condição de docentes, momento em que passam a enfrentar as realidades pedagógicas. Muitas vezes, tais profissionais não tiveram oportunidade para desenvolverem competências relacionadas à pedagogia, fazendo-se necessária a compreensão do conceito de competência em suas dimensões, para, assim, aprimorar a formação das próximas gerações de profissionais⁽¹⁶⁾.

Estudo objetivando apresentar a importância da terminologia no desenvolvimento da área da biossegurança evidencia que essa área está em constante crescimento, devido à rápida evolução do conhecimento científico, sendo a clareza terminológica essencial no campo da pesquisa científica⁽¹⁷⁾. Frente às falas, percebe-se que os docentes não verbalizam o termo e reconhece que isso pode implicar o não entendimento do aluno em relação à temática. Quando estudadas as Normas Regulamentadoras vigentes no Brasil relacionadas à saúde – NR-32 e NR-17 –, também não é encontrada a terminologia constantemente, sendo identificado uma vez o termo “biossegurança” na NR-32, quando refere-se à “Cabine de segurança biológica classe II B2”⁽¹⁸⁾, e nenhuma vez na NR-17⁽¹⁹⁾. As orientações contidas na NR-32 também podem ser compreendidas e relacionadas ao princípio global referente ao Conhecimento Pertinente de Morin, o qual faz a relação entre as partes e o todo e vice-versa, sendo as partes as orientações contidas nas normatizações, e o todo o conceito de biossegurança apresentado pelo Ministério da Saúde (MS) brasileiro e pela Organização Panamericana da Saúde (OPAS)⁽²⁰⁾. Além disso, o docente admite sua fragilidade em não verbalizar a terminologia correta, porém essa não é apenas característica do docente, mas também das normatizações e das legislações brasileiras atuais, as quais não utilizam o termo. Ademais, a Lei nº 11.105, reconhecida como “Lei da Biossegurança”, não traz aspectos referentes à saúde diretamente, mas à sua fiscalização, além de se deter à questão dos Organismos Geneticamente Modificados (OGM)⁽²¹⁾.

Dessa forma, infere-se que a biossegurança ainda não está sendo abordada pelos docentes em sua multidimensionalidade, ou seja, nas diferentes dimensões de sua natureza. Ela envolve aspectos como: legislativos, econômicos, sociais, políticos e outros. O ensino-aprendizagem dos estudantes sobre o tema transversal “biossegurança” diz respeito ao complexo. Assim sendo, sua abordagem ocorre do primeiro ao último ano do curso, perpassando todos os módulos representados pelos docentes entrevistados e explicitando o ensino do tema para os estudantes. Tal curso intenta em seu Projeto Pedagógico do Curso (PPC) ver o todo e suas partes em um movimento de elementos distintos, porém inseparáveis e interdependentes. Assim, pode-se refletir sobre a cultura do ensino da biossegurança na instituição de estudo, visto que as medidas biosseguras parecem ser mais regras a serem seguidas, dependendo do local onde estão ocorrendo as atividades de ensino-aprendizagem, que medidas de prevenção e de proteção para os estudantes, profissionais, pacientes, entre outros envolvidos. Também é possível levar em consideração outra dimensão: o saber docente, visto que 50% dos participantes desta pesquisa são docentes da UEL há mais de 21 anos. Dessa maneira, formaram-se antes da criação de grande parte das leis referentes à biossegurança no Brasil, provavelmente não havendo abordagem aprofundada e contextualizada sobre a temática em suas formações. Isso também chama a atenção para a necessidade de momentos de educação permanente aos docentes. Paralelamente, o CI vem sendo estudado e publicado há alguns anos. Uma de suas publicações é o livro *O currículo integrado: a experiência do curso de enfermagem da Universidade Estadual de Londrina*, apresentando modelo do currículo e seus temas transversais, denominados no curso por “Seivas”. Nesse livro, apresentam-se os momentos em que os temas transversais, dentre eles a biossegurança, devem ser discutidos no ensino do primeiro ao último ano, por exemplo: na primeira série (ano), ao discutir o processo saúde-doença, tem-se o momento inicial da aproximação com o tema “biossegurança”. Na unidade Primeiros Socorros, há nova aproximação com o tema, com o enfoque no autocuidado nas situações de atendimento à vítima, assim sucessivamente quanto à abordagem da biossegurança, em todos os módulos de todas as séries do curso⁽²²⁾. Em um dos estudos realizados sobre o currículo, foi avaliado o desenvolvimento do tema transversal “biossegurança” pelo olhar dos estudantes de Enfermagem, e pôde-se perceber que há uma dicotomia entre teoria e prática referente ao proposto no CI. Além disso, a autora Caciola⁽²³⁾ também cita que os docentes precisam ter a intenção de abordar a biossegurança por meio de estratégias pedagógicas e de metodologias ativas, com a finalidade de formar profissionais críticos, reflexivos e com competências fundamentais para o cuidado de qualidade.

Essa sugestão, encontrada no estudo citado, tem ressonância nos princípios do Conhecimento Pertinente, pois acredita-se que, se o docente ensinar a biossegurança, considerando o seu contexto, sua multidimensionalidade e sua complexidade, relacionando as partes ao todo, conseguirá atingir um aprendizado mais efetivo. Para que o termo “biossegurança” adquira pertinência no aprendizado do aluno e capacite-o no desenvolvimento de suas futuras ações profissionais, é necessário que a terminologia e seu contexto estejam claros e sejam utilizados pelos docentes. Assim, isso refletirá nas atividades metodológicas, fazendo com que o estudante, além de aprender os procedimentos técnicos seguindo as medidas biosseguras, consiga fazer a relação com a terminologia e com a importância dela para sua futura profissão.

Conclusão

Ao término do estudo, infere-se que os docentes abordam o tema transversal “biossegurança” de forma implícita, ou seja, a terminologia “biossegurança” é pouco empregada por eles nas atividades pedagógicas. Essa fragilidade é também observada pelo próprio docente no processo de ensino, bem como nas legislações, pois apresentam esporadicamente o termo em suas descrições. Os docentes acreditam que os estudantes precisam trazer o que aprenderam anteriormente sobre biossegurança em sua bagagem intelectual e aprimorar seus conhecimentos gradualmente, porém não foi possível desvelar em qual momento do curso esse conhecimento começa a ser formado. O Pensamento Complexo, de Edgar Morin, permitiu ver com maior clareza as perdas que podem ocorrer caso o ensino seja desintegrado, e as dificuldades de praticar a integração quando preconizada. Como se sabe, o docente é personagem crucial para instigar a construção da organização dos saberes dos futuros profissionais e, para isso, também são essenciais programas de educação permanente para os docentes, a fim de que se atualizem no que diz respeito a metodologias de ensino, para cada vez mais aplicarem o ensino com a intencionalidade necessária. Morin⁽¹¹⁾ cita que é preciso ensinar de maneira a permitir que o estudante enfrente imprevistos e incertezas, saiba navegar em oceanos de incertezas mesmo em meio a muitas certezas. Podemos, assim, inferir o quanto é importante que o estudante tenha, no seu desenvolvimento acadêmico, o conhecimento básico de biossegurança, sabendo contextualizá-lo, para que isso se constitua parte do seu arquipélago de certezas a fim de enfrentar o crescente desenvolvimento do tema. É preciso que os docentes reconheçam sua importância para além da formação de profissionais, mas também de seres humanos e membros ativos de uma sociedade, desenvolvendo metodologias educacionais intencionais, maximizando a construção do saber. Apenas dessa forma o estudante poderá reconhecer a importância de cada parte aprendida na graduação frente ao todo, principalmente quando estiver imerso e atuante na profissão. O Currículo Integrado é nacionalmente inovador, motivo da necessidade dos constantes estudos sobre ele, fazendo-se também imprescindível a abordagem dos termos corretos durante sua prática, com a finalidade de, tanto docentes como discentes, apropriarem-se do currículo que integram, refletindo na formação e na atuação dos futuros profissionais.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Conselho Nacional de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 3, de 7 de novembro de 2001. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. Diário Oficial da União, Brasília (DF), 09 nov. 2001: seção 1, p. 37.
2. Dessunti EM, Guariente MHD, Kikuchi EM, Tacla MTGM, Carvalho WO, Nóbrega GMA. Contextualização do Currículo Integrado do curso de Enfermagem da Universidade Estadual de Londrina. In: Kikuchi E, Menezes MHD. Currículo Integrado: a experiência do Curso de Enfermagem da Universidade Estadual de Londrina. Londrina: UEL, 2014.
3. Lages SMR, Santos AF, Silva Junior FF, Costa JG. Formação em odontologia: o papel das instituições de ensino na prevenção do acidente com exposição a material biológico. Ciênc. Trab. 2015 dez; [citado 2019 abr 28] 17(54): 182-186. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/pdf/cyt/v17n54/art05.pdf>.
4. Leal CAG. Biossegurança e gerenciamento de resíduos de serviços de saúde: a importância na formação do profissional da Odontologia na perspectiva da saúde humana e ambiental. Revista da ABENO. 2015; [citado em 2019 abr 28] 15(2): 82-94. Disponível em: <https://revabeno.emnuvens.com.br/revabeno/article/view/98>.
5. Armond ACV, Gonçalves PF, Flecha OD, Oliveira DWD, Sampaio FC, Falci SGM. Conhecimentos de biossegurança para as principais atividades de risco envolvendo servidores públicos, discentes e empregados da limpeza do curso de Odontologia da UFVJM/Diamantina. RBOL. 2016; [citado em 2019 abr 28] 3(2): 32-52. Disponível em: <https://portalabol.com.br/rbol/index.php/RBOL/article/view/67>.
6. Andrade AC, Sanna MC. The teaching of Biosafety in Nursing Undergraduation: a literature review. Rev. Bras. Enferm. 2007; [citado em 2019 abr 28] 50(5): 569-572. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-7167200700050016>.
7. Sousa AFL, Sousa AM, Oliveira LB, Mourão LF, Batista OMA, Guimarães MSO. Teaching faculty for bio-security health nursing graduation. Rev. Interd. 2014; [citado em 2019 abr 28] 7(1): 85-92. Disponível em: https://revistainterdisciplinar.uninovafapi.edu.br/index.php/revinter/article/view/238/pdf_98.
8. Lapa AT, Dias PDG, Spindola T, Silva JM, Santos PR, Costa LP. The handling and disposal of sharps among nursing staff of an intensive care unit. Rev. Fund. Care. 2017; [citado em 2019 abr 28] 9(2): 387-392. DOI: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2017.v9i2.387-392>.
9. Januário GC, Carvalho PCF, Lemos GC, Gir E, Toffano SEM. Occupational accidents with potentially contaminated material involving nursing workers. Cogitare Enferm. [citado em 2019 abr 28] 22(1): 01-09. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v22i1.48893>.
10. Morin, E. A cabeça bem feita: repensar a forma, reformar o pensamento. 20. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
11. Morin, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2. ed. Revisada. São Paulo: Editora Cortez, Brasília (DF): UNESCO, 2011.
12. Bardin, L. Análise de Conteúdo. São Paulo (SP): Edições 70, 2016.
13. Brasil. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html. Acesso em: 22 maio 2018.
14. Anastasiou LGC. Ensinar, aprender, apreender e processos de ensinagem. In: Anastasiou LGC, Alves LP. Processos de Ensinagem na Universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 10. ed. Joinville (SC): Editora Univille, 2015.
15. Negri PS. A intencionalidade pedagógica como estratégia de ensino mediada pelo uso das tecnologias em sala de aula. [Internet]. Londrina: Laboratório de Tecnologia Educacional (Labted) [citado 2019 abr 28]. Disponível em: <http://www.labted.net/single-post/2016/05/30/ARTIGO-A-INTENCIONALIDADE-PEDAG%C3%93GICA-COMO-ESTRAT%C3%89GIA-DE-ENSINO-MEDIADA-PELO-USO-DAS-TECNOLOGIAS-EM-SALA-DE-AULA-1>.
16. Pinhel I, Kurcgant P. Thoughts on teaching competences in nursing. Rev. Esc. Enferm. USP. 2007; [citado em 2019

- abr 28] 41(4): 711-716. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342007000400024>.
17. Mello JS, Silva MP, Cardoso TAO. Integrando a Terminologia para entender a biossegurança. *Physis*. 2012; [citado em 2019 abr 28] 22(1): 239-252 DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312012000100013>.
 18. Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria nº 485, de 11 de novembro de 2005. Aprova a norma regulamentadora nº 32 (Segurança e saúde no trabalho em estabelecimentos de saúde). *Diário Oficial da União: Brasília (DF)*, 16 nov 2005, seção 1.
 19. Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora NR-17 - Ergonomia. Portaria MTPS n.º 3.751, de 23 de novembro de 1990. *Diário Oficial da União: Brasília (DF)*, 25 nov 1990, seção 1.
 20. Brasil. Ministério da Saúde. Biossegurança em saúde: prioridades e estratégias de ação. Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
 21. Brasil. Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005. Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados - OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança - CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança - PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências. t. 225 da Constituição Federal e dá outras providências. *Diário Oficial da União: Brasília (DF)*, 2005, seção 1.
 22. Guariente MHD, Soubhia Z, Kikuchi EM, Yamada KN, Carvalho WO, Kreling MCGD et al. Seivas do Currículo Integrado de Enfermagem. In: Kikuchi E, Menezes MHD. *Currículo Integrado: a experiência do curso de Enfermagem da Universidade Estadual de Londrina*. Londrina: UEL, 2014.
 23. Caciola AC. O desenvolvimento do tema transversal biossegurança no olhar dos estudantes de Enfermagem da Universidade Estadual de Londrina [dissertação]. Londrina (PR): Universidade Estadual de Londrina; 2017.
